

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS TRÊS PRIMEIROS CICLOS DO MECANISMO DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DA ONU

Bruna Letícia Marinho Pereira (brrunaleticia@hotmail.com)

Leonardo Marques Dos Anjos (leoanjos_012@hotmail.com)

O presente trabalho pretende analisar a participação do Brasil nos três primeiros ciclos do mecanismo de Revisão Periódica Universal da ONU. A Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, objeto desta pesquisa, consiste em um mecanismo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas capaz de fiscalizar todos os seus Estados membros para que tenham suas situações de direitos humanos revisadas periodicamente. A questão central deste trabalho refere-se à participação do Brasil nos três primeiros ciclos do mecanismo da RPU. Busca-se compreender quais foram os principais aspectos que apareceram nas recomendações recebidas pelo Brasil, no âmbito da RPU, e analisar a posição brasileira nessas negociações. A metodologia se valeu de pesquisa bibliográfica por meio de obras relacionada à temática e de pesquisa documental, analisando os documentos relacionados ao mecanismo de revisão e os relatórios, recomendações e resoluções da ONU. O trabalho justifica-se por propor um estudo de um tema ainda pouco explorado nas Relações Internacionais e por ser essencial para a compreensão do sistema internacional de direitos humanos. Tendo em vista a baixa ocorrência de literatura sobre a atuação do Brasil no mecanismo, este trabalho visa a responder, de forma exploratória e descritiva, a seguinte pergunta: como se deu a atuação brasileira nos três primeiros ciclos do mecanismo da Revisão Periódica Universal da ONU? Para isso, este trabalho centra-se em um balanço detalhado sobre o desempenho do Brasil no mecanismo de revisão nos anos de 2008, 2012 e 2017, identificando quais foram as principais recomendações recebidas pelo governo brasileiro e compreendendo as intermediações a respeito da posição brasileira nas negociações do mecanismo de revisão. Os resultados da pesquisa são de natureza exploratória, panorâmica e descritiva, permitem observar uma tendência de aumento da participação dos Estados, dos representantes da ONU e das partes interessadas. Também foram observadas algumas problemáticas persistentes nas revisões do Brasil, como as questões das penitenciárias brasileiras e dos indígenas.